

MARIA RITA DA SILVA, PROFESSORA LEIGA NA DÉCADA DE 1970 EM CARIÚS- CEARÁ

BILROS v. 13, n. 27, ago – dez, 2025

Francisca Risolene Fernandes Rocha

Prefeitura Municipal de Horizonte; Professora da rede municipal de ensino da prefeitura de Horizonte-Ce; Universidade Federal do Ceará; Programa de Pós-graduação em Artes. Mestre em Artes pelo PPG profissional em Artes da Universidade Federal do Ceará (UFC); Especialista em Alfabetização e Multiletramentos pela Universidade Estadual do Ceará (UECE); Neupsicopedagoga, Educação Especial e Inclusiva pela Faculdade São Luís (FSL); Graduada em Pedagogia pela Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA). E-mail: profarisolenefernandes@gmail.com

Francisca Genifer Andrade de Sousa

Universidade Estadual do Ceará; Faculdade de Educação, Ciências e Letras de Iguatu; Curso de Pedagogia. Doutora e mestra em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual do Ceará (PPGE/UECE); Graduada em Pedagogia pela mesma universidade; Docente da Universidade Estadual do Ceará (UECE), vinculada à Faculdade de Educação, Ciências e Letras de Iguatu (FECLI). E-mail: geniferandrade@yahoo.com.br

Andreia Lima de Almeida

Professora da Prefeitura Municipal de Fortaleza, Mestra em Artes pelo Programa de pós-graduação em Artes (Prof-Artes) da Universidade Federal do Ceará (UFC), Especialista em Gestão e Coordenação Escolar (Darcy Ribeiro) e Graduação em Pedagogia (UECE). E-mail: andreiauiu@hotmail.com

MARIA RITA DA SILVA, PROFESSORA LEIGA NA DÉCADA DE 1970 EM CARIÚS-CEARÁ

MARIA RITA DA SILVA AND THE EDUCATION OF CARIÚS-CEARÁ, IN THE 1970S

**Francisca Risolene Fernandes Rocha
Francisca Genifer Andrade de Sousa
Andreia Lima de Almeida**

RESUMO

A História da Educação se alimenta das experiências docentes ao longo do tempo, para além dos documentos legais. Dessa feita, objetiva-se biografar Maria Rita da Silva centrando foco nas questões educacionais que perpassam a sua vida, no decorrer da década de 1970, quando essa mulher do interior cearense teve acesso à educação básica, na cidade de Cariús-CE. Trata-se de um estudo de abordagem qualitativa, desenvolvido metodologicamente a partir da História Oral, seguindo os pressupostos da História Cultural e da Biografia hermenêutica. Assim, foi realizada entrevista livre com Maria Rita da Silva, que se tornou fonte oral para retratar as condições da educação do interior do Ceará, mais precisamente da região de Cariús, no Centro-Sul do estado. As narrativas demonstram a imagem de uma educação precarizada, que se desenvolvia através da atuação de uma professora leiga, a qual também era responsável por organizar o espaço de ensino em um período em que não havia interesse público na matéria educacional. As práticas educativas eram alinhadas à vertente tradicional, com uso de castigos físicos como a palmatória e adoção da tabuada e da Carta do ABC como materiais didáticos, que eram custeados pelos próprios pais dos alunos. Conclui-se que as experiências educativas de Maria Rita da Silva são ricas fontes que viabilizam alargar o conhecimento acerca das condições educacionais no interior do Ceará, especialmente em Cariús e na região Centro-Sul.

PALAVRAS-CHAVE: História da Educação. Escolarização formal. Trajetória. Narrativa.

ABSTRACT

The history of education is informed by teaching experiences over time, beyond legal documents. This article aims to chronicle Maria Rita da Silva's life, focusing on the educational issues that permeated her life during the 1970s, when this woman from the interior of Ceará gained access to basic education in the city of Cariús, Ceará. This is a qualitative study, methodologically developed based on oral history, following the principles of cultural history and hermeneutic biography. Thus, a free interview was conducted with Maria Rita da Silva, who served as an oral source for portraying the educational conditions in the interior of Ceará, more specifically in the Cariús region, in the south-central region of the state. The narratives paint a picture of a precarious education system, developed through the work of a lay teacher, who was also responsible for organizing the teaching space at a time when there was no public

interest in education. Educational practices were aligned with traditional approaches, with the use of physical punishments such as the cane and the adoption of multiplication tables and the ABC chart as teaching materials, which were funded by the students' own parents. It can be concluded that Maria Rita da Silva's educational experiences are rich sources that enable broadening knowledge about educational conditions in the interior of Ceará, especially in Cariús and the Center-South region.

KEY WORDS: History of Education. Formal schooling. Trajectory. Narrative.

INTRODUÇÃO

A história da educação, durante muito tempo, foi escrita sob o viés positivista, considerando apenas documentos oficiais como fontes, e desconsiderando as experiências cotidianas daqueles que vivenciam a educação em seu caráter prático (Sousa, 2023). Porém, estudos recentes têm demonstrado a importância de tomar como fontes de estudo as narrativas docentes e discentes, pois tal feito oportuniza a reescrita de uma história que antes não era acessível, o que resultava em uma escrita histórica superficial que não considerava as particularidades regionais, por exemplo (Fialho; Sousa, 2021).

Assim, nessa nova perspectiva de escrita historiográfica oriunda da História Cultural, que questionou o monopólio da escrita pela corrente positivista, as vidas das pessoas comuns que se envolveram com a matéria educativa são consideradas cruciais para alargar conhecimentos históricos, principalmente na escala microsocial, que segundo Rodrigues (2015) é fulcral para o desenvolvimento do conhecimento, na medida em que o particular está ligado ao todo que a rodeia, e que os feitos do homem no tempo são resultados tanto das suas próprias vontades quanto as condições possíveis a cada cenário.

Isso porque, na perspectiva da História Cultural, segundo Burke (1992), o homem não é um ser isolado dos seus contextos e influências exteriores, ao contrário, entende-se que a trajetória de grupos, ao ser tomada como foco de estudo, faculta o desvelamento de questões sociais como a política, a cultural, a econômica e a educacional. Dessa forma ao abordarmos histórias de vida para discutir a matéria educativa, interessa elucidar as questões mais gerais que perpassam e, muitas vezes, condicionam aquela trajetória em particular, como legislações e eventos históricos importantes, pois a educação não é uma prática apartada da sociedade, ao contrário, é o reflexo de toda e qualquer sociedade situada no seu devido tempo e espaço (Burke, 1992).

Considerando tais afirmativas, o presente estudo tem como objetivo biografar Maria Rita da Silva centrando o foco nas questões educacionais que perpassam a sua vida, no decorrer da década de 1970, quando teve acesso à educação básica. Essa mulher é natural de Cariús-CE, uma cidade cearense localizada na região Centro-Sul do estado, e hoje, ainda lúcida e com boa memória, recorda com detalhes do seu tempo de formação, quando aluna de uma localidade afastada do Centro urbano de Cariús. A sua trajetória educativa é rica por permitir desvelar aspectos da educação do interior do Ceará que ainda se encontram, possivelmente, em situação

de anonimato, pois apesar dos avanços na escrita histórica educacional, ainda vemos que ela permanece muito ligada ao positivismo, tendo em vista que é delineada, sobremaneira, a partir de documentos oficiais.

Assim, a relevância do estudo consiste em, além de gerar visibilidade a uma mulher comum que vivenciou a matéria educativa na década de 1970, em permitir o (re)olhar para questões atinentes à educação que são veiculadas como gerais para todo o país ou estado, mas que na realidade possuem especificidades que só podem ser realçadas quando diminuirmos a escala de análise. Dessa maneira, a proposta é pulverizar a história da educação cearense, mais precisamente a do interior, com a narrativa de quem vivenciou a educação de outrora, sendo a própria Maria Rita de Sousa e a sua experiência educacional o objeto de estudo.

METODOLOGIA

A pesquisa é de abordagem qualitativa, tendo em vista a sua especificidade em realçar pormenores ligados ao universo interpretativo, como símbolos e significados (Minayo, 1994). Ancora-se nos ensinamentos da História Cultural, enquanto corrente historiográfica que abriu a possibilidade da escrita da história no tempo presente considerando todos os vestígios do homem no seu devido tempo e espaço, como as suas vestimentas, suas fotografias e a sua própria narrativa do vivido (Burke, 1992). Isso porque, para a História Cultural, a abordagem do homem e das suas relações são cruciais para a compreensão da sua história, tendo em vista que o ser humano tanto é produto quanto é produtor do seu tempo e das condições com as quais é levado a enfrentar ao longo da sua vida (Rodrigues, 2015).

Dessa forma, a pesquisa é do tipo biográfica, mais precisamente biográfica hermenêutica (Dosse, 2015), uma vez que toma como objeto de estudo a trajetória de um sujeito comum, visando a sua análise para, então, formular novos conhecimentos históricos. É esse o intento da biografia hermenêutica, que diferente da biografia heroica, assume o compromisso com o desenvolvimento científico de variados campos do saber, nesse caso, o da educação e da subárea da História da Educação.

Para efetivar tal empreendimento, foi realizada coleta de dados com base na metodologia da história oral (Meihy; Holanda, 2007) a partir da qual foi desenvolvida uma entrevista livre com Maria Rita da Silva, com foco nas suas memórias sobre o processo de escolarização na cidade de Cariús-CE. Com base nos princípios da história oral como

metodologia, a entrevista se desenrolou, muito mais, como uma conversa, não tendo sido feito uso de roteiro prévio, pois de acordo com Meihy e Holanda (2007), essa é uma das grandes especificidades da história oral em relação a outras formas de entrevistas: a ação colaborativa e dialógica entre pesquisador e colaborador.

Assim, o diálogo colaborativo com Maria Rita da Silva aconteceu no dia 26 de agosto de 2024 em sua própria residência, na cidade de Cariús, interior do Ceará, às 16:00 da tarde, com duração de 1h e 37 minutos. A colaboradora aceitou participar da pesquisa após a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), que garantiu os aspectos éticos do estudo, e as suas narrativas foram gravadas com suporte de aplicativo de gravação de voz smartphone, que permitiram a posterior escuta, transcrição e validação pela entrevista, transformando-se nas fontes documentais que embasam o presente estudo.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A FORMAÇÃO E A ATUAÇÃO DOCENTE DE MARIA RITA DA SILVA

Maria Rita da Silva nasceu no dia 6 de maio de 1959, filha de Gertrudes Conceição da Silva e José Costa da Silva, dois agricultores analfabetos, sendo que a esposa viva principalmente dedicada aos cuidados do lar e da família, seguindo os padrões da época que colocavam a mulher como responsável única e exclusiva pelo lar, não havendo espaço para a sua atuação no meio social (Almeida, 1998). Diferente de Gertrudes Conceição, José da Costa vivia a sua vida interagindo socialmente, uma vez que, como agricultor, precisava comercializar os seus produtos (feijão, milho, batata, etc) em outras cidades e no estado vizinho (Pernambuco), para assim sustentar a família. Assim, ele era o responsável pelo alimento de todos, seguindo aos padrões da sociedade machista e patriarcal da época, que considerava o homem o provedor da casa, sendo que, caso ele não conseguisse tal feito, teria a sua imagem afetada socialmente (Pinsky, 2001).

O casal, cuja a imagem era a típica interiorana naquele período, compôs uma prole numerosa, composta por 13 filhos, sendo Maria Rita a penúltima. Os primeiros irmãos da professora biografada não tiveram a oportunidade de estudar, pois tiveram que contribuir mais fortemente com os recursos financeiros que mantinham a família, assim trabalhando na roça, no plantio e na colheita dos plantios. Porém, os demais filhos, assim como Maria Rita,

conseguiram acessar à escola, ainda que em condições, muitas vezes, precarizadas, conforme será discutido adiante.

Maria Rita explicou que o pai possuía grande extensão de terra na cidade de Cariús, uma cidade cearense localizada na região Centro-Sul do Ceará, que até então pertencia ao município de Jucás-CE, conforme narrativa: “o meu pai tinha muitas terras, era tudo herança do pai dele, meu avô. E ele continuava plantando, colhendo e vendendo igual ao meu avô. Era muita terra mesmo, depois que foram vendendo.” E especifica os produtos comercializados: “[...] era mandioca, era batata-doce, era milho, era feijão, tudo isso ele levava para vender nas cidades mais longe daqui que não tinha essa fartura, porque a terra não dava nada, e também aqui do lado, no Pernambuco. Viajava a cavalo com os meus irmãos, passava dias fora”. Portanto, o pai de Maria Rita acabava se ausentando de casa por alguns dias para que assim pudesse vender os seus produtos e conseguir o dinheiro necessário ao sustento da sua família, que era bastante numerosa, conforme já pontuado anteriormente.

De acordo com Sousa (1955), era comum que as famílias do século passado, principalmente aquelas residentes do interior, fossem compostas por muitos filhos, porque assim entendia-se que era viável fazer uso da mão de obra dos descendentes na agricultura e fortalecer ainda mais a produção. Assim, era natural que os filhos dessem continuidade ao trabalho do patriarca, e logo que conseguiam se manter em pé e andar, eram empregados em trabalhos como plantação e colheita de cereais e frutas. Isso se deve ao fato, de acordo com Áries (1981), ao não entendimento de que a infância é uma fase da vida que possui as suas particularidades que necessitam ser consideradas, tendo em vista que, sequer, havia a noção de infância naquele período histórico, feito que só veio a se consolidar mais tarde, já no início do século atual, mas que no interior cearense demorou ainda mais a se concretizar, de tal maneira que as crianças interioranas continuaram sendo empregadas no trabalho campestre sem que houvesse a necessidade, por exemplo, que elas estudassem fosse pela ausência de escola, fosse porque não tinham tempo para além daquele destinado ao trabalho braçal (Sousa, 1961).

Apesar de essa ter sido a realidade de muitos dos irmãos de Maria Rita, especialmente daqueles mais velhos, alguns dos mais novos tiveram a oportunidade de estudar, acessando assim a escolarização mínima para aprender a ler, a escrever e a fazer as contas básicas, que era o objetivo do ensino naquela época (Vicentini; Iugli, 2009). Assim, Maria Rita acessou à escolarização formal, tendo-a iniciado por volta dos 7 anos de idade, com uma professora da região de Cariús, que lecionava em sua própria casa, como ela explicou:

Eu tinha uns 7 anos, na época que comecei a estudar mesmo. Não era em escola, era na casa da dona Isaura, uma mulher que morava perto da gente, e que sabia ler e escrever e ensinava algumas crianças. Era a única professora que tinha lá, todo mundo, se quisesse aprender, tinha que ser com ela. Não importava se gostasse dela, se não gostasse, ou era ela ou ficava sem aprender nada, nem a escrever o próprio nome, porque o povo era tudo analfabeto. (Maria Rita, agosto de 2024).

Esse relato evidencia a ausência de prédio escolar em Cariús, ao mesmo tempo em que revela a falta de pessoas que atuassem no magistério e a grande parcela de pessoas analfabetas. Esse último, não é um diferencial da cidade de Cariús ou, mesmo, do Ceará, mas foi uma problemática que assolou todo o país até recentemente, fosse no interior, fosse nas grandes cidades, quando a matéria educativa ainda não era fôlego de fortes investimentos, como passou a ser há algumas décadas (Saviani, 2011). Além disso, Maria Rita toca em um assunto bastante importante no âmbito da história da educação e da formação de professores, que é a atuação das professoras no seu próprio lar, em um período no qual não havia nenhum empenho do poder público em construir, sequer, estabelecimentos de ensino, em face do desprestígio da matéria educacional à época (Vieira, 2002).

Corroborando essa discussão e situando essa realidade em esfera microssocial, o estudo de Sousa (1961) revelou que no interior do Ceará, mesmo quando havia professora atuando, essas lecionavam em condições precárias, pois elas tinham que providenciar todo o material utilizado em suas aulas, desde giz, livros, cadeiras e mesas, pois não existia nenhum esforço governamental nesse sentido. O referido autor narra a história de uma professora interiorana que precisou unir esforços com os pais dos alunos e construir bancos e mesas improvisadas para que os alunos tivessem onde sentar. Vejamos, adiante, o trecho que trata desse episódio:

De uma professora sei, que saída da Escola Normal [...], tinha de se deslocar, diariamente, da sede do município, a cavalo, levando à garupa uma irmã menor que lhe servia de companhia, para atingir o local da escola. Ali conseguira, a muito custo, por iniciativa própria, uma sala pequena, de uma casa de campo, onde resolveu instalar sua escola. Como não houvesse carteiras, mandou carregar [...] três portas grandes tiradas de uma casa abandonada. Com um carpinteiro, pai de aluno, e outros moradores do lugar conseguiu uns cavaletes de madeira e sobre eles colocou as portas. Estavam feitas as bancas dos maiores. Para os menores, arranjou outra porta e colocou-a em cima de tijolos, arrumados em forma de pilares. Os alunos todos sentavam-se em cima de tijolos e caixões, conseguidos com a população local. (Sousa, 1961, p. 177-178).

Sobre esse problema que tanto assolou o Ceará e tantos outros lugares até o final do século passado, mas que teve melhorias no início do século atual, Maria Rita disse que, pelo que recorda, estudava na casa da própria professora, na sala, onde tinha uma mesa de madeira e alguns bancos onde os alunos sentavam, mas que não existia livro nem outro material similar, apenas a tabuada e a carta do ABC, que eram custeadas pelas próprias famílias dos alunos:

A nossa professora não dava aula em escola, não tinha nem escola nesse tempo, que era um tempo muito difícil. Ela tinha uma mesa bem grande, de uma madeira grossa, que o pai dela que fez juntando vários pedaços de madeira e pregou com prego, e tinha uns bancos também que o pai dela que fez. Não era cadeira, era uns bancos duros, sem apoio para a gente se encostar, e as costas doíam muito. Mas tinha isso, que era o pai dela quem tinha feito, e não tinha livro, nem nada. A gente tinha caderno, a tabuada e a carta do ABC se o pai comprasse, se não comprasse não tinha. Nem todo mundo tinha condições de comprar, aí uns ficava fazendo as atividades junto com os outros, a professora botava a gente de dois, de três, pra poder fazer a atividade. (Maria Rita, agosto de 2024).

Portanto, considerando que para ter os materiais didáticos listrados, era necessário comprá-los, era difícil que todos os alunos conseguissem ter acesso a tais bens, pois a população de Cariús era bastante humilde, restando à professora unir alunos que tinham material com outros que não o possuíam para que assim conseguisse realizar a sua prática docente. A tabuada citada por Maria Rita era voltada para o ensino da Matemática, um livro pequeno, que mais se assemelha com uma pequena apostila grampeada que existia antigamente e que tinha as operações matemáticas (a multiplicação, a divisão, a adição e a subtração), conhecimentos que os alunos deveriam ter com base no decoreba, pois eles precisavam declamar as operações para que a professora compreendesse que haviam aprendido (Vicentini; Lugli, 2009). Já em relação à Cartilha do ABC, está se tratava de um livro criado por Lourenço Filho em São Paulo mas que depois passou a ser usado em todas as partes do país, que tinha como objetivo o ensino da leitura e da escrita a partir do ensino tradicional (Aranha, 1996). Como nenhum dos materiais eram custeados com recurso público, eram comercializados em pequenas mercearias, como lembra Maria Rita:

Eu tinha a tabuada, tinha a Carta do ABC, tinha tudo bem bonitinho, eu gostava muito de estudar. Meu pai não queria comprar, mas a minha madrinha insistiu, disse que era importante que eu estudasse e disse para o meu pai que me colocasse na escola e que comprasse as coisas que precisava, que era caderno, lápis, borracha, e a tabuada e a carta de ABC. Meu pai comprou em uma bodega lá perto de casa, que vendia, mas não era muito barato não. (Maria Rita, agosto de 2024).

É importante salientar que a cartilha do ABC chegou ao Ceará através da reforma da instrução pública de 1922, promovida pelo paulista Lourenço Filho, que como autor do referido material didático, determinou que a cartilha do ABC seria implantada em todas as instituições de escolarização formal do Ceará, sendo elas custeadas pelo Estado. Porém, pelo que se nota, tal prerrogativa legal não foi posta em prática, uma vez que Maria Rita explica as condições de acesso, ou não, à carta do ABC em sua época. Da mesma forma, Maria Fernandes Andrade, uma professora de outro interior cearense, Quixadá, evidência que ela também precisava comprar a carta do ABC, conforme estudo realizado por Fernandes, Sousa e Santos (2022). Assim, tais estudos apresentam-se relevantes para contrastar algumas verdades disseminadas por documentos legais, deixando evidente que nem sempre o que era pregado pelas leis se cumpria, o que demonstra a importância do estudo com as fontes orais baseada nas experiências educativas, que são valiosas para descortinar aspectos históricos ainda em situação de anonimato e que permitem outras leituras da história da educação de outrora.

Outro aspecto da educação do interior cearense avultado na narrativa de Maria Rita foi a atuação de professoras leigas, que se tratam daquelas que lecionavam, mas sem a devida formação para o magistério, seja em curso normal, seja em nível superior (Sousa, 2023). Sobre a professora que alfabetizou Maria Rita e outros dos seus contemporâneos que residiam em Cariús, ela explicou que: “era uma professora assim, porque ela tinha começado a ensinar e ficou conhecida por todo mundo como professora, porque professora, mesmo, com a formação que hoje o pessoal tem, ela não tinha, mas já era muita coisa porque o povo não sabia nem as letras”. E, deu maiores detalhes sobre o que aprendeu: “aí foi assim, nessa escola improvisada, digamos assim, que eu aprendi a ler, a escrever, a contar... A professora era boa. Não lembro mais do nome dela, acredita!? Mas era uma professora boa, mesmo que não fosse professora de verdade” (Maria Rita da Silva, agosto de 2025).

O trecho “mesmo que não fosse professora de verdade” significa que ela não era formada, mas, à época, não havia esse entendimento, pois todas as pessoas que ensinavam podiam ser consideradas professoras e eram assim vistas socialmente, sem distinção. Inclusive, em um tempo no qual a formação docente era incipiente, o normal era que os docentes fossem leigos, principalmente no interior mais afastado das capitais, como era o caso de Cariús, situado a 400.5 quilômetros de Fortaleza, a capital do estado.

Essa não é uma particularidade da docente que alfabetizou Maria Rita, pois o estudo de Fernandes, Sousa e Santos (2022), já havia discutido a atuação da docência de Maria

Fernandes em Quixadá, embora ela não tivesse formação para a docência, ao contrário, estudou apenas os anos iniciais com um antigo professor particular da sua localidade interiorana. Tal realidade, que perdurou por muito tempo na história da educação brasileira e não apenas a cearense, de acordo com Araújo (2015), devia-se ao fato de não haver oportunidades para que as mulheres continuassem os estudos até a formação para o magistério, bem como porque não existiam escolas normais no interior, com exceção da Escola Normal Rural de Juazeiro do Norte, a primeira escola normal rural do Brasil, fundada em 1932 (Nogueira, 2011). Assim, quando muito, as pessoas do interior acessavam uma formação sem a devida qualidade, já que os docentes não contavam com formação inicial e, muito menos, formação continuada, restaurando a eles o exercício de uma prática amadorística, conforme análise de Sousa (2023).

Maria Rita da Silva disse que com a docente com quem estudou, a qual ela não recorda o nome, aprendeu “[...] as letras, a ler, a escrever, a contar e outras coisas da matemática, geografia também. Era uma professora que ensinava de tudo e todo mundo gostava dela, porque ela ensinava muito bem” (Maria Rita da Silva, agosto de 2025). E, melhor esclarecendo as práticas docentes que foram basilares na sua formação, Maria Rita contou:

Era assim, ela colocava todo mundo em círculo ao redor dessa mesa grande que o pai dela fez, todo mundo sentado nos bancos, e ia ditando as palavras e a gente ia escrevendo. Matemática, ela ia perguntando as somas e a gente tinha que responder, é isso a gente já tinha estudado antes, com a tabuada, com a carta do ABC. Tinha que estudar, porque se não estudasse não ia saber responder quando ela perguntasse (Maria Rita, agosto de 2024).

Conforme narrativa, vemos que a docente em questão era adepta dos métodos tradicionais de ensino, segundo os quais o professor age de forma a questionar aos estudantes, que devem saber as respostas de forma decotada, o que não significava necessariamente que o aluno aprendeu. De acordo com Saviani (2011), essa prática de ensino chegou ao Brasil junto com os jesuítas, que vieram catequizar os indígenas com base na transmissão da fé católica e introduziram a figura de um sujeito que age como o ensinante e outros que o escutam a fim de decorar os ensinamentos daquele. Para esse autor, os métodos tradicionais de ensino, apesar das suas constantes críticas desde que o construtivismo foi idealizado pela Psicologia, trouxe muitas construções para o desenvolvimento da educação brasileira, pois foi através dele que muitas pessoas tiveram acesso à educação formal e puderam se desenvolver.

Dessa forma, Maria Rita foi escolarizada segundo o viés tradicional de ensino, e assim, também fez parte da sua formação a figura de uma docente que poderia fazer uso de

mecanismos para corrigir as más condutas dos alunos, a exemplo dos castigos físicos. Sobre esse assunto, ela esclareceu que: “ela [a professora] tinha a palmatória, e usava naqueles alunos que fazia alguma malcriação. Não era em todo mundo que ela usava não. Ela nunca tacou em mim porque eu era comportada, mas já usou em outros meninos”. E narrou um episódio:

Tinha um monte de menino que só queria bagunçar, atrapalhar as aulas. Aí ela pegava a palmatória e tacava na mão, e dizia bem alto que ia bater forte que era para ele aprender. Isso na frente de todo mundo. E botava os outros alunos pra contar as vezes que ia batendo. Ela chamava de bolo. Dizia assim: “fulano vai levar tantos bolo” e botava todo mundo para contar ao mesmo tempo. Tinha o Marcelino, era muito danado, ele. Gostava de tirar brincadeira, ficar atrapalhando mesmo as aulas. Aí ele era o que mais levava bolo. Teve uma vez que ele respondeu à professora, respondeu assim, com ignorância, sabe? Eu não lembro agora o que foi que ele disse pra ela... e ele falou todo ignorante, aí ela: “pois Marcelino, agora você vai ver!”, e pegou a vara dela e disse para ele abrir a mão e tacou os bolos. Não me lembro de quantos foram, mas foram muitos. O coitado do Marcelino chorou, mas, também, ele fez por merecer, né? (Maria Rita, agosto de 2024).

Conforme se percebe, os castigos aplicados machucavam fisicamente os alunos, atitude a qual se acreditava que os alunos iriam aprender e se tornarem mais comportados. No caso de Marcelino, aluno considerado indisciplinado, os castigos eram mais severos, dada a alta quantidade de palmadas que ele levava, se comparado aos demais alunos: “[...] eu só sei que o Marcelino, coitado, era o que mais apanhava! Os outros levava 5, 6 bolos, e ele era de 10, 12... e era com força!” (Maria Rita, agosto de 2025). Tais castigos, de acordo com Aranha (1996) eram considerados adequados para a educação da época, inclusive, muitos pais delegavam às professoras essa função porque elas eram vistas como segundas mães, também responsáveis pela educação dos filhos, podendo fazer uso dos mesmos meios que os pais.

Sobre esse assunto, Maria Rita lembrou de um caso em que, ao contrário disso, uma mãe desaprovou o uso da palmatória pela professora para com o seu filho, e procurou a professora para repreendê-la: “Aí, tinha aluno que ela não podia dar bolo, senão a mãe brigava, vinha atrás de confusão. Teve a mãe de um que não lembro mais do nome, que foi lá na escola, que era na casa dela, para brigar com ela. E disse que ela não batesse mais no filho dela e não bateu mais mesmo não” (Maria Rita, agosto de 2024). Essa conduta, todavia, não era a comum, pois o natural era que as mães até solicitassem às professoras que colaborassem no disciplinamento dos filhos, como era o caso de outra professora do interior do Ceará, a Maria José de Sousa, que atuou em Horizonte e tinha o aval dos pais para usar a palmatória, conforme evidenciou o estudo biográfico de Sousa (2023).

Assim, vemos que a educação do interior cearense, apesar de ter muitos pontos em comum, como as condições educativas precarizadas que assolava todas as cidades, temos também pontos de divergência, a exemplo do assunto tratado anteriormente, sobre o emprego dos castigos físicos e o consentimento dos pais. Tal fato é interessante para contrastar práticas educativas e corroborar o alargamento dos conhecimentos acerca da História da Educação enquanto campo do saber que se alimenta dos feitos cotidianos travados no chão das salas de aula em meio às múltiplas relações educativas.

Além da palmatória, Maria Rita da Silva esclareceu que também presenciou colegas sendo castigados com o milho, sobre os quais os alunos ficavam ajoelhados, com a prisão atrás da porta e a reza: “[...] e ela usava também o milho para colocar os meninos em cima, às vezes prendia eles atrás da porta e eles tinha que ficar um tempo lá atrás, as vezes ela botava eles pra rezar o pai nosso, a Ave Maria tantas vezes, 10, 20, dependia do que a pessoa tivesse feito...” Ao analisar os castigos utilizados pelos docentes do século XX, Aranha (1996) concluiu que estes faziam uso de práticas consideradas antiquadas que faziam referência ao tempo da escravidão, as quais não tinham real eficiência na formação dos discentes mas eram consideradas adequadas socialmente. Esses exemplos citados pela biografada são alguns exemplos de castigos usuais não apenas no interior do Ceará, mas também no país, em conformidade com estudo de Aranha (1996).

Maria Rita contou que, apesar de ter presenciado muitas das práticas disciplinares da professora para com os seus colegas, nunca precisou ser disciplinada por tais meios porque era comportada e tinha pena da professora, que já lidava com muitas indisciplinas: “[...] eu nunca fui pro milho, nem pra atrás da porta, nem rezei nada, eu era bem comportadinha, não gostava de dar trabalho porque a professora já tinha trabalho demais com os outros alunos, que eram muito danados” (Maria Rita, agosto de 2024). Então, entende-se que ela lecionava apenas crianças e não a adultos, o que sugere que precisasse ser firme na aplicação dos castigos para manter a ordem em sala de aula, pois se os discentes fossem adultos, acredita-se que não seria preciso fazer uso de tantos meios de castigos corporais.

Tal informação foi confirmada pela entrevistada, que narrou: “[...] os alunos eram, assim, na faixa dos 10, 12 anos mais ou menos. Não tinha gente de mais idade, era tudo criança, mas não muito pequena. As pessoas mais adultas não estudavam com ela, só as crianças e só as maiores, mas tinha uma mistura grande entre os que sabiam ler, os que não sabiam, os que não

conheciam nem as letras... era tudo junto ao redor da mesa”. (Maria Rita da Silva, agosto de 2024).

Tratava-se, portanto, de uma sala multisseriada, ou seja, que abarcava sujeitos de variados níveis de conhecimento, embora eles tivessem idades relativamente aproximadas. Tal tipo de organização escolar era uma constante no Ceará e no restante do país porque não existiam muitos professores, nem salas de aulas distintas que possibilitasse separar os alunos por idade ou ritmo de aprendizagem, o que dificultava o trabalho docente (Saviani, 2011), como explicou Maria Rita: “Todo mundo ficava lá numa mesa só, e a professora, coitada, ficava rodando de um lado para o outro, ensinava uma coisa a um, outra coisa a outro... era um trabalho grande, não sei como ela conseguia, mas era do jeito que dava, não tinha outro jeito, porque nem tinha outra pessoa para ensinar, nem tinha outro canto para separar os alunos, né...”. Esse tipo de sala de aula foi desaparecendo aos poucos, a partir da criação dos grupos escolares, que foram criados, justamente, a partir da junção de salas de aula isoladas, que então permitiram a junção de alunos de idades e níveis de aprendizagem aproximadas, dando início às séries, tal como hoje é organizada as instituições educativas formais.

Foi nessas condições que Maria Rita da Silva estudou e aprendeu a ler, a escrever e as operações matemáticas, além de outros conhecimentos ligados à religião católica e ao civismo que a professora também abordava, conforme o costumeiro à época. Assim, foi na escola que ela aprendeu a rezar o Pai Nosso, a Ave Maria e o Credo, como salientou: “aprendi muita coisa nesse tempo que estudei, mesmo que a escola fosse na casa da professora era uma escola organizada. Aprendi também a rezar a Ave Maria, o Credo, o Pai Nosso. Em casa os meus pais não ensinavam, mas a professora ensinava muito bem” (Maria Rita da Silva, agosto de 2025).

De fato, em consonância com o relato de Maria Rita, em um tempo em que não havia a noção de uma educação laica, era comum o culto à religião católica como parte dos conteúdos escolares, ainda que as famílias não cultuassem essa religião ou qualquer outra. De acordo com Saviani (2011), o laicismo, que passou a ser uma determinação da educação brasileira a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação nacional de 1996, a Lei de n. 9394/96, foi um grande avanço nessa matéria, mas, ainda assim, as instituições públicas continuaram a ofertar a disciplina de Religião para todas as crianças, que adquiriram conhecimentos do catolicismo, tal como no tempo em que Maria Rita estudou, que antecede a promulgação do referido instrumento legal.

Sobre o ensino da religião católica, Maria Rita esclareceu, ainda, que além das rezas, ela é os colegas aprendiam sobre os conhecimentos bíblicos, pois a professora utilizava esse livro como material didático e instigava os alunos a ler e aprender as histórias, pois eles seriam cobrados nas avaliações: “[...] e a gente ia lendo a Bíblia ao longo do ano. Toda semana tinha aula de leitura da Bíblia, não era todo dia não. E a gente via as história de Samuel, Tiago, Rute... tudim! E a gente tinha que aprender, decorar, porque senão, não fazia uma boa prova depois”. Portanto, apesar de não haver um currículo escolar em si, podemos considerar que o estudo bíblico fazia parte do currículo oculto que era utilizado pela docente de Maria Rita, ou seja, não havia nada escrito em nenhum documento oficial sobre o ensino da religião, mas, ainda assim, ele acontecia conforme as vontades da professora.

Tal realidade não era uma prática apenas da professora de Maria Rita da Silva, pois, conforme Saviani (2011), o catolicismo foi disseminado nos ambientes escolares formais desde a criação da escola, perdurando por todos os períodos históricos do Brasil. E, especificamente no que diz respeito ao interior do Ceará, estudo realizado por Sousa (2023) com duas professoras interioranas de Cascavel e Horizonte, confirmou que elas também ensinavam a religião católica em suas aulas para todos os alunos, não havendo distinção, bem como realizavam a coroação de Maria no mês de maio, assim como relatou Maria Rita: “e a gente também coroa Maria. Aprendia os cânticos e ia coroar ela lá na igreja. Ensaia tudo na escola, que era na casa dela, mas para coroar mesmo, era na igreja, pra todo mundo ver. Era a maior festa!”.

Assim como o ensino religioso focado na difusão da fé católica, o civismo também fazia parte dos ensinamentos. Assim, Maria Rita disse que aprendeu a cantar vários hinos, dentre eles o nacional e o do Ceará, para que assim pudesse se apresentar no desfile do dia 7 de setembro, que acontecia em sua região apesar de ser um interior bastante afastado do centro urbano: “[...] e eu aprendi a cantar vários hinos também. Foi com ela, com essa professora, que eu aprendi o hino nacional, o da bandeira, o do Ceará. Era uma professora muito sabida e ensinava tudo à gente para a gente poder ir cantar na marcha do dia 7 de setembro”. (Maria Rita, agosto de 2024. Tal evento era, como é até hoje, um momento comemorativo por toda a nação, quando as escolas se organizam a partir de um tema e ocupam as ruas. No seu tempo, Maria Rita disse que: “Era muito animado. A gente marchava nas ruazinhas que tinha mesmo, sem nem asfalto, era terra, mas a gente ia. Ela [a professora] dizia que tinha que ir, senão não ganhava nota, aí todo mundo ia. E era animado, todo mundo saía de casa para olhar a gente”

(Maria Rita, agosto de 2024. Assim, vemos que a professora da biografada fazia uso da sua condição como autoridade e exigia a participação de todos os alunos, retribuindo-os com uma nota positiva, sistema de troca que se ampara na vertente tradicional de ensino (Saviani, 2011).

É interessante frisar que essa prática da professora de Maria Rita da Silva era comum em todo o país e tem as suas raízes no período da Ditadura Militar. Nesse período, de acordo com Sousa (2023), foi apregoado que a educação formal deveria formar os cidadãos despertando nestes o sentimento de patriotismo, que naquele tempo estava enfraquecido mas que era basilar para a manutenção do regime ditatorial. Então, as escolas públicas foram responsabilizadas por tal feito, mas não se sabe se essa decisão legal chegou à cidade de Cariús e impactou na escolarização de Maria Rita, ou se era apenas uma decisão da sua professora, que ensinava de modo a despertar o civismo por julgar um aprendizado necessário à formação dos seus alunos. Segundo Vieira (2002), não havia formação em serviço para os professores do Ceará nesse período, principalmente para aqueles que atuavam no interior, então, acredita-se que a docente em questão não recebeu orientação para ensinar hinos ou para realizar o desfile cívico.

Imersa nessa vivência educativa precarizada, tendo como docente uma professora leiga que atuava conforme o tradicionalismo, Maria Rita estudou durante quatro anos, mas como não existia uma escola de fato, não é possível definir até qual série ela cursou, o que não era importante para aquele período, pois o foco era principalmente a alfabetização (Nogueira, 2001). Sobre esse assunto, ela disse: “estudei até... não sei qual série porque não tinha isso naquele tempo. Mas estudei quatro anos seguidos, aprendi as coisas que precisava aprender. Era assim naquele tempo, era diferente do tempo de hoje, né...” (Maria Rita, agosto de 2024). De fato, naquele período era impossível a organização escolar seriada principalmente no interior, tendo em vista que, quando muito, havia apenas uma professora que dava conta da escolarização de toda a população em idade escolar que adentrava os espaços de escolarização formal, não havendo outros docentes que tornasse viável a seriação, ou seja, a progressão dos alunos de uma série para outra (Vicentini; Lugli, 2009).

Além do mais, entrar na escola e permanecer até o final da escolarização era um feito inviável para muitos, fosse no interior, fosse na capital (Saviani, 2011). Todavia, no campo, a população em idade escolar estava mais propícia à evasão, pois logo cedo, inovava as atividades no campo para ajudar no plantio e na colheita de frutas e cereais que eram vendidos e se tornavam essenciais para sustentar a família (Sousa, 2023). Essa realidade foi citada por Maria

Rita da Silva, ao rememorar a sua trajetória escolar e a de outros colegas: “[...] eu ainda estudei três anos, né... que naquele tempo era muito! Mas muita gente que estudou comigo saiu logo, não aprendeu nem a ler. O César, que era irmão do Sérgio, a Matilde, a Teresinha... tinha mais gente, só não me lembro. Mas todos saíram cedo porque foram fazer outras coisas para ajudar em casa” (Maria Rita da Silva, agosto de 2024).

Ao realizar estudo, a pedido do governo do estado, sobre a situação da educação cearense até a década de 1960, Sousa (1961) retratou essa realidade no interior cearense e concluiu que as crianças e jovens interioranos eram, em sua maioria, analfabetas, pois mesmo quando existia escola, a frequência era dificultada em face das condições econômicas que exigiam a sua mão de obra. Essa condição também foi retratada em Mensagem Governamental, na década de 1950, conforme excerto seguinte:

Aqui é o menino subalimentado, estudando mal, saindo da escola antes da hora regulamentar para cuidar do gado, abandonando-a antes do término no ano letivo, ou chegando muito após o seu início porque teve de ajudar os pais nos árduos trabalhos da lavoura. Meninos que são homens ainda na fase dos brincos infantis, tangidos pela necessidade e pobreza dos pais (Ceará, 1953, p.123).

Portanto, o desfecho citado por Maria Rita, sobre a desistência de muitos dos seus colegas, não era uma exceção, ao contrário, era o comum naquele contexto. A exceção, podemos assim considerar, era que as crianças frequentassem à escola de maneira assídua por mais de um ano, como foi o caso da biografada, que só continuou a estudar durante três anos consecutivos por insistência da sua madrinha, Antonieta, que sempre intercedia pela educação da afilhada; “aí eu estudei por esse tempo todo, que era muito naquele tempo. As pessoas só ficavam para aprender a ler um pouco e assinar o nome, mas eu fiquei mais tempo que isso porque a minha madrinha insistia com o meu pai. Ele queria me tirar da escola, mas ela não deixava, então foi graças a ela que eu aprendi um pouquinho mais”.

Maria Rita não deixou claro o motivo que levava o pai a querer interromper os seus estudos, porém, considerando o contexto social e o trabalho executado pela sua família, podemos entender que era porque ele queria que a filha auxiliasse nos trabalhos de casa e/ou do campo. Isso foi o que aconteceu com os seus irmãos, conforme ela explicou: “[...] aí eu fui a que estudou mais. Os outros saíram mais cedo. O Ananias nem chegou a aprender nada, o meu pai tirou ele para ajudar a plantar feijão, milho... e o João também não aprendeu, foi logo viajar com ele para vender as coisas, aí não dava para estudar. A Francisca também não, nem a

Diva...”. (Maria Rita, agosto de 2024). Dessa feita, entende-se que a biografada galgou de uma trajetória de considerável distinção para aquela época, na qual a população interiorana, incluindo parte dos seus irmãos, era analfabeta.

Maria Rita da Silva contou que parou de estudar porque casou, aos 15 anos, e precisou mudar de localidade, e mesmo que tenha permanecido em Cariús, passou a residir mais distante da casa da professora, o que dificultava a sua permanecemos nos estudos: “[...] aí foi quando eu fiz 15 anos e casei, já namorava um tempinho e casei. Casei e mudei mais pra longe e não tinha mais como ir estudar, aí tive que parar, mas aprendi muita coisa ainda”. Portanto, ao que a sua narrativa transparece, Maria Rita não deixou de estudar, simplesmente, porque casou, mas devido à distância entre a nova residência e a escola. Tal realidade é dissonante do que muitas moças do seu tempo enfrentavam, pois essas, quando estudavam, logo que casavam eram proibidas de estudar pelos maridos, que defendiam que a mulher deveria se ocupar apenas com os afazeres domésticos (Priore, 2004).

De acordo com Pinsky (2001), esse desfecho era um reflexo da sociedade machista e patriarcal, segundo a qual o homem era proprietário da mulher, que por sua vez deveria obedecer ao marido acima de qualquer vontade individual. Além disso, o afastamento das mulheres do saber formal foi, naquela conjuntura social, um mecanismo utilizado para manter a sua subserviência e corroborar a manutenção do controle pelo público masculino, que temia as mulheres instruídas por tê-las como ameaças ao seu papel controlador (Pinsky, 2001). Inclusive, de acordo com Almeida (1998), mulheres que estudavam eram preteridas pelos homens na hora de escolherem as suas esposas, em relação àquelas que não eram escolarizadas, porém, no caso de Maria Rita, aparentemente, essa realidade não foi um problema, pois ela casou-se cedo e, segundo explicitou, teria continuado a estudar, se não fosse pela mudança de endereço que a afastou geograficamente da escola.

Na nova localidade de Cariús, Maria Rita da Silva era uma das únicas alfabetizadas, e assim, naquele cenário de muitos analfabetos, ela acabou tornando-se professora leiga, aos 16 anos de idade: “Aí eu me mudei e lá era muito atrasado. Não tinha quem ensinasse. O povo tudo querendo saber ler, escrever, mas não tinha ninguém que soubesse, aí eu pensei “vou ensinar esse povo”, e ensinei.”. Portanto, a sua inserção na docência foi oriunda da desigualdade regional que estava presente em todo o Ceará (Sousa, 1955), o que fazia com que alguns lugares tivessem escola e outros não. E, ao se inserir na educação na condição de professora leiga, por

sua própria conta, ela disse que não recebia nenhuma remuneração da prefeitura de Cariús, sendo as próprias pessoas quem a pagavam:

E era assim: eu quis ensinar e ensinava, não foi ninguém que disse que eu fosse professora nem nada disso não. A prefeitura nem sabia que eu ensinava, mas ou era eu ou não era ninguém. Aí quem me pagava eram os pais dos alunos, e as pessoas já adultas que eu ensinava a ler e escrever também, porque eu ensinei de criança pequena até gente de 40, 50 anos. Era só chegar e eu dizia “tá bom, ensino!”, e ensinava. A pessoa me pagava e eu ensinava. Tinha uns que nem pagava com dinheiro, porque era coisa difícil demais, dinheiro naquele tempo, o povo muito pobre. Tinha gente que me dava uma fazenda [tecido] pra mim fazer uma roupa para os meus meninos, tinha gente que me dava galinha, leite... o que a pessoa pudesse dar, eu aceitava, se ela não tivesse dinheiro. (Maria Rita da Silva, agosto de 2025).

Dessa feita, notamos a importância da atuação dessa mulher naquela realidade esquecida pelo poder público, que não levava escola para todos os lugares necessários. Assim, a sua prática educativa foi crucial para alfabetizar muitos cidadãos de Cariús, como ela disse: “[...] ensinei muita gente a ler, a escrever o nome completo, que já era muito para quem não sabia de nada, né...” (Maria Rita da Silva, agosto de 2025). Naquele período, é importante salientar, não havia o entendimento de analfabetismo funcional, portanto, ao saber ler, ainda que com dificuldade, e escrever o próprio nome, a pessoa já era considerada alfabetizada.

Nessa perspectiva, vemos que a escolarização de Maria Rita da Silva, ainda que precarizada, foi importante para que ela não apenas se tornasse uma mulher “estudada”, conforme a linguagem da época, mas também levasse a educação para outras pessoas que não tinham condições de acessar a escola porque no seu lugar não existia tal empreendimento. Assim, fica clara a contribuição da figura feminina para disseminar a educação cearense, conforme já frisado por Sousa (2023) e reforçado na presente escrita biográfica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa teve como objetivo biografar Maria Rita da Silva centrando o foco nas questões educacionais que perpassam a sua vida, no decorrer da década de 1970, quando teve acesso à educação básica. O estudo, de abordagem qualitativa, foi efetivado através da história oral como metodologia, tendo como entrevistada a própria biografada, e seguindo os princípios da História Cultural e da Biografia hermenêutica.

Os dados revelam a trajetória de uma mulher comum, que ao adquirir formação educacional no interior do Ceará, mais tarde tornou-se professora que colaborou com a formação de outros sujeitos interioranos. Ficou evidente que Maria Rita da Silva trilhou uma caminhada escolar diferenciada de muitos dos seus colegas do seu tempo, inclusive de alguns dos seus irmãos, que tiveram que abandonar a escola para realizar um ofício e assim contribuir com o sustento de sua família.

Através das memórias de Maria Rita, foram avultados variados aspectos da situação educacional de Cariús-CE no final do século passado, como a falta de estabelecimentos educativos, a atuação da docência leiga, a ausência de financiamento público para materiais didáticos e demais necessidades escolares, como mesa, cadeira, itens que ficavam sob a responsabilidade do professor. Todavia, nem todos os lugares do interior eram iguais, havendo locais onde sequer existiam pessoas alfabetizadas que pudessem atuar na docência, como foi o caso do local da mãe Maria Rita da Silva que exerceu a sua docência de forma leiga, mas essencial para levar o conhecimento das letras para aquela parcela da população esquecida pelo poder público e que demonstrava o interesse de, pelo menos, aprender a assinar o próprio nome.

Revelou-se que adentrar no espaço de escolarização formal era uma dificuldade para a população interiorana, mas permanecer estudando também se configurava em um feito muitas vezes inviável para muitos, em razão da baixa condição econômica das famílias. Em relação às práticas educacionais, ficou clara a forte influência da corrente tradicional, com uso da tabuada e da carta do ABC que eram custeadas pelos próprios alunos ou seus pais, bem como o emprego de castigos físicos para o disciplinamento dos alunos, como a palmatória. Além da leitura, da escrita e dos conhecimentos matemáticos, as aulas também abordavam o ensino religioso e o desenvolvimento do patriotismo.

O estudo aponta que as mulheres foram muito importantes para disseminar a educação para aqueles lugares mais afastados do interior cearense, já que tanto Maria Rita estudou com uma professora mulher, quanto, depois, tornou-se uma, além de haver estudos de tantas outras mulheres educadoras interioranas, os quais foram abordados ao longo das discussões. Assim, conclui-se que os estudos centrados nas trajetórias de mulheres são imprescindíveis para alargar os conhecimentos do campo da História da Educação, ficando o convite para que outros pesquisadores se empenhem nessa tarefa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, J. S. **Mulher e educação: a paixão pelo possível**. São Paulo: Editora Unesp, 1998.

ARANHA, M. L de A. **História da Educação**. São Paulo: Moderna, 1996.

ARAÚJO, H. L. M. R. **A tradicional escola normal rural cearense chega ao bairro de Fátima: formação das primeiras professoras primárias (1958-1950)**. Fortaleza: UFC, 2015.

ARIÈS, P. **História Social da Criança e da Família**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

BURKE, P. **A Escrita da História: Novas Perspectivas**. São Paulo: Universidade Estadual Paulista, 1992.

CEARÁ. **Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa em 1953 pelo Governador Raul Barbosa**. Fortaleza: Imprensa Oficial, 1953.

DOSSE, F. **O desafio biográfico: escrever uma vida**. São Paulo: USP, 2015.

FERNANDES, Francisca Risolene; SOUSA, Francisca Genifer Andrade de; SANTOS, Francisca Mayane Benvindo dos. Docência de Maria Fernandes em Quixadá-CE na década de 1970. **Revista Eletrônica Científica Ensino Interdisciplinar**, v. 8, n. 28, 2022. Disponível em: <https://periodicos.apps.uern.br/index.php/RECEI/article/view/4379>. Acesso em: 13 mar. 2025.

FIALHO, L. M. F.; SOUSA, F. G. A. Irmã Elisabeth Silveira e a educação feminina no Colégio da Imaculada Conceição, Fortaleza-CE. **Diálogo Educacional**, Curitiba, v. 21, n. 68, p. 291-316, 2021. Disponível em: <https://periodicos.pucpr.br/dialogoeducacional/article/view/27388/24760>. Acesso em: 20 dez. 2021.

MEIHY, J. C. S. B.; HOLANDA, F. **História oral: como fazer como pensar**. São Paulo: Contexto, 2007.

MINAYO, M. C. S. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 1994.

NOGUEIRA, R. F. S. **A prática pedagógica de Lourenço Filho no Ceará**. Fortaleza: Edições UFC, 2001.

NOGUEIRA, D. L. **Amália Xavier e a Escola Normal Rural de Juazeiro do Norte: registros sob a constituição de uma cultura docente para a educação no campo**. Fortaleza: IMEPH, 2011.

PRIORE, M. D. **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2004.

PINSKY, C. B. Imagens e representações: a era dos modelos rígidos. *In*: PRIORE, M. D. (org.). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2001. p.229-248.

RODRIGUES, R. M. Biografia e Gênero. *In*: FIALHO, L. M. F.; VASCONCELOS, J. G.; SANTANA, R. J. (org.). **Biografia de Mulheres**. Fortaleza: EdUece, 2015. p. 54-70.

SAVIANI, D. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. São Paulo: Autores Associados, 2011.

SOUSA, F. G A de. **Reminiscências sobre as condições educativas no interior cearense a partir das docências de Marieta Benício e Maria José de Sousa (1936-1984)**. 2023. 193f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2023.

SOUSA, J. M. **Sistema Educacional Cearense**. Recife: MEC/INEP, 1961.

SOUSA, J. M. **Estudo sobre o Ceará**. Fortaleza: Companhia de Inquéritos e Levantamentos do Ensino Médio e Elementar, 1955.

VICENTINI, P. P; LUGLI, R. **História da profissão docente no Brasil**: representações em disputa. São Paulo: Cortez, 2009.

VIEIRA, S. L. **História da Educação no Ceará**: sobre promessas, fatos e feitos. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002.

Artigo recebido em novembro de 2025. Aprovado em dezembro de 2025.